

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 12618/2014

Tendo em consideração a criação da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, pelo Decreto-Lei n.º 54/2014, de 4 de fevereiro, bem como a entrada em vigor da Portaria n.º 125/2014, de 25 de junho, que aprovou a respetiva estrutura orgânica nuclear:

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 9 do artigo 21.º e no artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo, em regime de substituição, o licenciado José Manuel Brito e Silva, para exercer as funções de Diretor de Serviços de Apoio Jurídico, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

2 — A presente designação têm como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de setembro de 2014.

7 de outubro de 2014. — A Secretária-Geral, *Albertina Gonçalves*.

Nota Curricular

José Manuel Brito e Silva, casado, nascido em Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, em 21 de agosto de 1957.

Em 1987 licenciou-se em Direito, na vertente de Jurídicas, pela Universidade Clássica de Lisboa; concluiu o estágio de advocacia no CDL da AO em 1989; tem mais de vinte anos de prática forense, com predominância em Direito Administrativo, e em todas as instâncias jurisdicionais, tanto no âmbito da LPTA (STJ, TCA, e Tribunal Constitucional), como no do CPTA (TAF, TCA, STA, e Tribunal Constitucional).

Entre 1989 e 1995, foi Diretor, de empresa comercial (Assírio & Alvim — Editores e Livrários); e, entre 1992 e 1995, foi Presidente de Mesa de Assembleia-Geral da mesma sociedade.

Em 1996 frequentou o curso de «Direito do Ambiente» promovido pelo Instituto de Promoção Ambiental com a colaboração do Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça no Centro de Estudos Judiciários; bem como o curso de “Feitura das Leis” promovido pelo INA.

Entre 1996 e 2008 foi Advogado e Consultor Jurídico do Sindicato Nacional de Atividades Turísticas Tradutores e Intérpretes (SNATTI); e do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI).

Desde 1996 que exerce funções de Consultor Jurídico na área do Direito Administrativo, especialmente em contencioso, nas matérias do ambiente, do ordenamento do território, das áreas protegidas, dos instrumentos de gestão territorial (PDM, PROT, PMOT, POOC, REN, RAN), expropriações, reversões, resíduos, águas, entre outras, primeiro no «Núcleo de Apoio Ao Auditor Jurídico», depois na «Direção de Serviços de Assuntos Jurídicos e Contenciosos» no então Ministério do Ambiente, e até à fusão do mesmo com o Ministério da Agricultura, tendo desde então (em 2012), passado a exercer essas mesmas funções na «Equipa Multidisciplinar de Processo Contencioso» do MAMAOT, que exerceu até 14 de setembro de 2014.

208149454

Direção-Geral de Energia e Geologia

Despacho n.º 12619/2014

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 20 de junho de 2014, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira/categoria, relativa ao técnico superior Paulo Jorge de Oliveira Martins Nunes, após anuência da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e artigo 48.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, passando este trabalhador a ocupar um posto de trabalho no mapa de pessoal da Direção-Geral de Energia e Geologia com efeitos a 1 de junho de 2014, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a mesma posição remuneratória do serviço de origem.

23 de junho de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

208147818

Édito n.º 469/2014

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, estará patente na Direção-Geral de Energia e Geologia, sita em Lisboa, na Av. 5 de Outubro, n.º 208, e na secretaria das Câmaras Municipais de Valongo, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da data da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela REN — Rede Elétrica Nacional, S. A., a que se refere o processo El. 1.0/68109, para:

Linha aérea dupla, a 400 kV, entre o apoio P 50 da linha Recarei-Vermoin 4 e a nova subestação de Vila Nova de Famalicão, ficando constituídas as linhas aéreas, a 400 kV, Recarei-Vila Nova de Famalicão e Vermoin-Vila Nova de Famalicão, na extensão de 26 198 m e 25 590 m respetivamente.

Nota: Alterações da linha aérea, a 220 kV, Valdigem-Vermoin 4, entre os apoios P 128/48 e P 132/33 numa extensão de 1 560 m e das linhas aéreas, a 220 kV, Recarei-Custóias e Recarei-Vermoin 1, em apoios comuns entre os apoios P 21 e P 25, numa extensão de 2 150 m.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na referida Direção-Geral ou nas secretarias daquelas Câmaras Municipais dentro do citado prazo.

3 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

308143232

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 11433/2014

A Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (ARSC, I. P.), conforme deliberação do Conselho Diretivo de 17 de abril de 2014, pretende proceder ao recrutamento de um (1) Técnico Superior, em regime de mobilidade, para exercício de funções no Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:

1 — Caracterização da Oferta:

1.1 — Tipo de oferta: Mobilidade interna/ Cedência de interesse público;

1.2 — Carreira e Categoria: Técnico Superior;

1.3 — Número de postos de trabalho: Um (1);

1.4 — Remuneração: igual à que o trabalhador auferir na categoria de origem, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014).

2 — Caracterização do posto de trabalho:

2.1 — Desenvolver, monitorizar e avaliar metodologias e procedimentos de controlo interno e de gestão do risco nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento contínuo;

2.2 — Verificar o cumprimento das disposições legais, administrativas e técnicas reguladoras da atuação das diferentes instituições do SNS e dos procedimentos levados a cabo pelas unidades orgânicas da ARSC, I. P.;

2.3 — Desenvolver ações de auditoria, com vista à deteção de factos ou situações condicionantes ou impeditivas da realização dos objetivos definidos para os serviços, bem como à identificação de não conformidades relativamente aos procedimentos e instruções de trabalho validadas;

2.4 — Elaborar relatórios de auditorias, pareceres de assessoria e processos de averiguações;

2.5 — Fornecer análises e recomendações sobre as atividades e processos revistos com vista à melhoria do funcionamento dos serviços e do sistema de governação.

3 — Perfil pretendido:

Licenciatura adequada (preferência dada a candidatos com pós-graduação na área de auditoria e controlo interno), com experiência profissional mínima de dois anos na área de auditoria e controlo interno, preferencialmente no setor da saúde.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

4.2 — Ser detentor/a da carreira e categoria de Técnico Superior.

5 — Local de trabalho:

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Alameda Júlio Henriques, Apartado 1087, 3001 -553 Coimbra.

6 — Prazo de apresentação das candidaturas:

Dez (10) dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

7 — Formalização da candidatura:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas, através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratório e a correspondente remuneração mensal, contacto telefónico e e-mail;

7.2 — A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;

b) Fotocópia simples do certificado de habilitações literárias;

c) Fotocópia simples do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;

d) Declaração emitida pelo serviço de origem da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, a carreira e a categoria de que o candidato é titular, a descrição das funções exercidas, bem como a posição e nível remuneratório e o correspondente pecuniário.

8 — Apresentação da candidatura:

A candidatura deve ser obrigatoriamente identificada com a menção “Recrutamento por Mobilidade Interna” com indicação expressa do n.º do aviso publicado em *Diário da República* ou na BEP, e deverá ser enviada por correio para o endereço postal referido em 5.

9 — Seleção dos candidatos:

Seleção dos candidatos: será feita com base na análise do *curriculum vitae*, com caráter eliminatório, complementada com entrevista profissional, sendo que apenas serão convocados para a realização de entrevista, os candidatos selecionados na avaliação curricular e que preencham os requisitos de admissão.

10 — Júri:

Presidente — Rui Pedro Ferreira Vaz, técnico superior e responsável do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno da ARS Centro.

Vogais efetivos:

Cristina Maria Nogueira Roma, técnico superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e

Zita Margarida Silva Duarte dos Santos, técnico superior.

Vogais suplentes:

Carla Sofia Almeida Cruz Oliveira, técnico superior, e

Ana Cristina Gomes Bragança, técnico superior.

11 — A presente oferta de emprego será publicada na BEP, até ao 2.º dia útil seguinte à presente publicação e estará disponível na página eletrónica da ARSC, I. P.

6 de outubro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208147704

Deliberação (extrato) n.º 1857/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 02-10-2014, foi autorizada a acumulação de funções docentes na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa — Oliveira de Azeméis, durante o mês de outubro, à Assistente Principal de Engenharia Sanitária Maria João Silva Leite Carvalho Pedrosa, do Laboratório de Saúde Pública de Aveiro, ao abrigo dos artigos 22.º e 23.º do anexo à Lei n.º 35/2014, 20 de junho.

3 de outubro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208147412

Deliberação (extrato) n.º 1858/2014

Por deliberação do conselho diretivo da ARS Centro, I. P., de 11-09-2014, foi autorizado o pedido de exoneração de Vitor Manuel Luz Fernandes da Costa, médico especialista de Medicina Geral e Familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, ao abrigo da alínea b), do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008,

de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com efeitos a 1 de setembro de 2014.

3 de outubro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208147145

Centro Hospitalar do Oeste

Aviso n.º 11434/2014

Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, Assistente de Imuno-hemoterapia da carreira especial médica — Área hospitalar

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, conjugado com a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, com nova redação da Portaria n.º 355/2013, de 10 dezembro, que regulamenta o procedimento concursal da carreira especial médica, torna-se público que por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, de 25 de junho de 2014, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de um posto de trabalho de Assistente de Imuno-hemoterapia — área hospitalar, previsto e não ocupado do mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Oeste.

Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que, em 06-10-2014 informou da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação.

2 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para um posto de trabalho, caducando com o respetivo preenchimento.

3 — Política de Igualdade: Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, e em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de apresentação de candidaturas: 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5 — Legislação aplicável: O presente procedimento concursal rege-se pelo regime previsto na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, com nova redação da Portaria n.º 355/2013, de 10 dezembro.

6 — Caracterização do posto de trabalho: ao posto de trabalho apresentado a procedimento concursal corresponde o conteúdo profissional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto.

7 — Local de trabalho: O médico a contratar desenvolverá a sua atividade no Centro Hospitalar do Oeste, compreendendo todos as estruturas nele integradas, mas também em todas as outras instituições com as quais este estabelecimento tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

8 — Condições de trabalho e regalias sociais: as genericamente previstas para os trabalhadores da Administração Pública.

9 — Remuneração: A posição remuneratória será de acordo com os níveis previstos no Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro, que regulamenta o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto.

10 — Destinatários: trabalhadores que detenham uma relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Ministério da Saúde.

11 — Não podem ser admitidos os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

12 — Regime de trabalho: O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

13 — Requisitos de admissão: podem ser admitidos ao procedimento os candidatos que reúnam, até ao termo do prazo acima fixado, os requisitos referidos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, nomeadamente:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;